

ABDI

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO - EDITAL - nº 001/2008

GABARITO OFICIAL – PROVA DISSERTATIVA

CARGO: ADI – NÍVEL SUPERIOR ESPECIALISTA - JURÍDICO

Direito Constitucional

1) Discorra sobre a postura a ser adotada pelo Poder Executivo, quando da execução de suas atividades típicas, em face de lei ou ato normativo de conteúdo inconstitucional ainda não declarado pela via do controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal.

O Poder Executivo encontra-se vinculado à observância do princípio da legalidade e quando da execução de suas atividades só pode agir quando autorizado e nos limites da lei. A observância do texto legal é primordial para o desempenho da atividade administrativa, contudo, o Poder Executivo tem balizado o desenvolvimento dessas atividades pelas normas constitucionais, que traçam a linha fundamental do Estado Democrático de Direito. Portanto, o Poder Executivo, por meio de decisão de seus agentes políticos, tem o poder-dever de negar-se a cumprir normas de flagrante conteúdo inconstitucional, sem prejuízo do controle de constitucionalidade exercido posteriormente pelo Poder Judiciário.

Direito Administrativo

2) Explique no que constituem os convênios e consórcios administrativos, destacando a natureza jurídica desses institutos, os objetos passíveis de serem convencionados e as partes que neles podem figurar.

Convênio e consócio administrativos são acordos firmados para consecução de objetivos de interesse comum dos participantes; são acordos porque não se confundem com os contratos administrativos, que tem por característica veicular interesses diversos e opostos entre as partes. O que distingue o consócio do convênio administrativo é o fato de que o primeiro é formado entre pessoas jurídicas de espécies diferentes e o segundo entre entidades da mesma espécie. Esses acordos podem ter por objeto qualquer atividade, desde que observem as limitações constitucionais e legais e tenham por finalidade o interesse público.

Direito Empresarial

3) Discorra sobre os institutos jurídicos voltados à proteção da propriedade industrial, destacando o marco inicial e a abrangência de seus efeitos.

Os bens imateriais protegidos pelo direito industrial são a patente de invenção e de modelo de utilidade e o registro de desenho industrial e de marca (Lei n° 9.279/96, art. 2º, incs. I a III). Os direitos de patente e de registro garantem ao seu titular a prerrogativa de exploração exclusiva, respectivamente, da invenção e do modelo de utilidade e do desenho industrial e da marca, isso tudo somente após o ato concessivo proferido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

Direito Processual Civil

4) Escreva sobre a possibilidade, ou não, de propositura de ação civil visando à obtenção de provimento jurisdicional mandamental que imponha a implementação de políticas públicas pelo Poder Executivo.

Baseada no princípio constitucional da tripartição dos poderes, a jurisprudência majoritária de nossos tribunais vem entendendo como juridicamente impossível o pedido veiculado em ação civil pública que tenha por finalidade a imposição ao Poder Executivo da efetivação de políticas públicas específicas, principalmente daquelas que dependem da edificação de obras. Isso porque as atividades de realização de fatos concretos pela Administração Pública dependem de dotação orçamentária prévia e do programa de prioridades definido pelo governante, não podendo o Poder Judiciário substituir a discricionariedade administrativa pelos critérios de conveniência e oportunidade definidos pela parte demandante.